

TCE-GO - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

16/04/2026

Sumário

1. Daniel Vilela reforça infraestrutura de 126 municípios com investimento de R$ 165 milhões em asfalto de ruas e avenidas 3
2. Nova etapa do Goiás em Movimento terá R$ 165,5 milhões em 126 cidades 4
3. Daniel nega filtros ao MP-GO 6

DIÁRIO DA MANHÃ ONLINE - GOIÂNIA - GO • site • tce-go
15 de Abril de 2026 às 13:29

Daniel Vilela reforça infraestrutura de 126 municípios com investimento de R$ 165 milhões em asfalto de ruas e avenidas

Visualizar notícia

O governador Daniel Vilela lançou nesta terça-feira (14/4) a nova etapa do Programa Goiás em Movimento Municípios para a manutenção, conservação e sinalização de ruas e avenidas em 126 cidades do estado. Com investimento de R$ 165,5 milhões nesta nova fase, o Governo de Goiás firma convênios para a execução dos serviços em trechos previamente definidos pelas prefeituras, sem nenhum custo aos municípios. “Nunca houve um governo tão municipalista e parceiro como o nosso, iniciado pelo governador Ronaldo Caiado e que eu tenho hoje o orgulho de suceder”, ressaltou o governador.

O chefe do Executivo Estadual explicou que o programa é uma parceria para atender demanda prioritária de prefeitos. “É uma iniciativa bem construída e avaliada junto ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) para atendermos essa necessidade, porque muitos municípios não têm recursos financeiros suficientes para fazer um investimento tão oneroso, como é a recuperação asfáltica”, comentou Daniel Vilela.

O governador frisou que a definição das cidades que entram no programa ocorre conforme cada entrega da documentação e indicação das vias a receberem os serviços de conservação asfáltica. “A gente licita a obra pela Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra) e, em seguida, fazemos a assinatura da ordem de serviço, o que estamos providenciando hoje, para que a empresa execute a obra. O município só tem a responsabilidade de indicar as ruas. A gente lícita, executa e paga esse programa”, detalhou Daniel Vilela.

A presidente da Goinfra, Eliane Simonini, ressaltou os números do programa. “Chegamos a uma marca ímpar. São mais de R$ 500 milhões investidos no Goiás em Movimento desde 2021. Esse é um governo preocupado com os municípios, com as dificuldades que os prefeitos têm na ponta, tanto financeira, burocrática quanto a técnica”, sublinhou.

O Goiás em Movimento é visto pelos municípios como uma solução para os problemas de infraestrutura. “É uma iniciativa que vem agregar e somar muito à nossa gestão, faz a diferença, proporciona uma cidade mais bonita, sem buracos e alavanca o fluxo econômico”, frisa Jacó Rotta, prefeito de Cabeceiras, no Entorno do Distrito Federal. “Isto mostra a sensibilidade do governador em apoiar as prefeituras. Fomos contemplados com R$ 5 milhões que vão ajudar com asfalto de maior qualidade”, citou o prefeito de Luziânia, Diego Sorgatto.

Presidente da Federação Goiana dos Municípios (FGM) e prefeito de Jaraguá, Paulo Vitor Avelar pontuou que o programa, após o período chuvoso, leva dignidade e qualidade de vida à população. “É uma iniciativa que chega pronta. Isso mostra interesse. O Daniel está dando continuidade ao que foi o governo Ronaldo Caiado de participar da vida dos municípios”.

Programa
Lançado em 2021, o programa alcançou 241 dos 246 municípios goianos com reparos superficiais e profundos, capas asfálticas e sinalização horizontal, o que representa cobertura de 97,96% do Estado. Ao todo, foram recuperados 16,4 milhões de metros quadrados de vias urbanas pavimentadas, garantindo mais segurança, trafegabilidade e qualidade de vida aos moradores, com investimento total superior a R$ 513,8 milhões.

Foto: Lucas Diener e Remisson Sales

JORNAL O HOJE - GO • impresso • tce-go
15 de Abril de 2026 às 00:00

Nova etapa do Goiás em Movimento terá R$ 165,5 milhões em 126 cidades

Visualizar notícia

Lucas Diener e Remisson Sales



Nova etapa do Goiás em Movimento terá R$ 165,5 mi para obras em 126 cidades

Fase lançada nesta terça-feira do programa do governo estadual vai ampliar a recuperação de vias urbanas sem qualquer custo às prefeituras e alcança quase todos os municípios goianos. **Cidades 9**



Daniel Vilela lança nova etapa do Goiás em Movimento Municípios, que prevê obras de melhorias viárias em diversos municípios do Estado

Nova etapa do Goiás em Movimento terá R$ 165,5 milhões em 126 cidades

Programa amplia recuperação de vias sem custos às prefeituras em quase todos municípios

João César Almeida

O governador de Goiás, Daniel Vilela (MDB), lançou nesta terça-feira (14) a nova etapa do programa Goiás em Movimento Municípios (GMM), iniciativa voltada à melhoria da infraestrutura urbana em cidades de todo o Estado. A ação prevê a execução de obras de conservação viária e sinalização em ruas e avenidas, sem custos para as prefeituras, com investimento total de R$ 165,5 milhões e atendimento direto a 126 municípios goianos.

Criado em 2021, o programa se consolidou como uma das principais estratégias do governo estadual para apoiar os municípios na manutenção e recuperação de suas malhas viárias urbanas. Ao longo das etapas anteriores, o GMM já alcançou mais de 240 cidades e foi responsável pela recuperação de aproximadamente 16,4 milhões de metros quadrados de vias pavimentadas. O volume de investimentos já supera R$ 513,8 milhões, o que reflete a dimensão da iniciativa e seu impacto direto na mobilidade urbana e na qualidade de vida da população.

As obras são coordenadas pela Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra), que atua em parceria com as prefeituras. "A gente licita a obra pela Goinfra e, em seguida, fazemos a assinatura da ordem de serviço, o que estamos providenciando hoje, para que a empresa execute a obra.

Fotos: Lucas Diener e Remisson Sales



Prefeitos participam do lançamento e destacam impacto do Goiás em Movimento Municípios na melhoria da infraestrutura e na qualidade de vida

O município só tem a responsabilidade de indicar as ruas. A gente licita, executa e paga esse programa", detalhou.

Entre as melhorias realizadas estão reparos no pavimento, recapeamento asfáltico, implantação de sistemas de drenagem e sinalização horizontal. As ações são adotadas para garantir maior segurança para motoristas, ciclistas e pedestres, de acordo com o governador.

Durante sua fala no lançamento da nova etapa, o emedebista destacou o alcance que o GMM conseguiu em todas as regiões de Goiás. "Desde 2022, nós quase alcançamos a totalidade dos municípios do nosso Estado, chegando a 98%", enfatizou. Segundo o chefe do Executivo goiano, ainda não foi possível abarcar todos os municípios do Estado devido a uma resistência de alguns gestores municipais.

Impacto do programa

Além do impacto claro com a melhora das condições das vias nas cidades goianas, o GMM contribui para a redução de custos com manutenção de veículos, diminui riscos de acidentes e valoriza áreas urbanas. As obras também têm impacto positivo no comércio local porque facilitam o acesso a estabelecimentos e estimulam a circulação de pessoas, segundo o governador.

Outro aspecto relevante do GMM é o impacto nas finanças municipais. Como as obras são executadas sem custos diretos para as prefeituras, os gestores conseguem redirecionar recursos próprios para outras áreas consideradas estratégicas, como saúde, educação, assistência social e segurança pública. "É uma iniciativa bem construída e avaliada junto ao Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO) para atendermos essa necessidade, porque muitos municípios não têm recursos financeiros suficientes para fazer um investimento tão oneroso, como é a recuperação asfáltica", acrescentou Daniel.

A nova etapa amplia ainda mais o alcance do programa, ao reforçar a presença do Estado nos municípios e garantir continuidade às ações iniciadas nos últimos anos. A expectativa é de que, com os novos recursos, seja possível atender locais que ainda não foram beneficiados e avançar na recuperação de vias que aguardavam intervenções estruturais, destacou o chefe do Executivo estadual.

O Goiás em Movimento Municípios integra um pacote mais amplo de investimentos em infraestrutura promovido pelo Governo de Goiás, que também inclui outras frentes, como construção de pontes, manutenção de estradas rurais e ampliação da conectividade logística. Dentro desse contexto, o GMM se destaca por atuar diretamente no cotidiano da população, ao impactar de forma imediata a mobilidade urbana e o acesso a serviços essenciais.

Na ocasião, o governador também anunciou um aumento na Patrulha Mecanizada, que atua na recuperação e manutenção de estradas vicinais, de responsabilidade dos municípios. "A Patrulha Mecanizada, que dá um grande apoio na recuperação e na manutenção das estradas vicinais, que são de responsabilidade dos municípios. Inclusive para que vocês possam ter conhecimento, nós praticamente triplicamos o número de equipe da patrulha mecanizada para esse ano."

Prefeitos enaltecem a importância de obras do GMM

Durante a cerimônia de lançamento e assinatura da ordem de serviço que marca o início desta nova etapa do Goiás em Movimento Municípios (GMM), diversos prefeitos de cidades beneficiadas pelo programa reforçaram o caráter municipalista da iniciativa e a forte adesão das gestões locais. O evento reuniu lideranças de diferentes regiões do Estado, o que evidencia a abrangência do projeto.

Com um alcance de quase 98% dos municípios goianos, o programa praticamente universalizou a presença de investimentos estaduais em infraestrutura urbana desde 2022. Esse dado demonstra não apenas o alcance da iniciativa, mas também sua capacidade de atender demandas das cidades, muitas vezes reprimidas pela falta de recursos de arrecadações municipais.

Nesse sentido, gestores municipais destacam que o programa tem contribuído diretamente para transformar a realidade das cidades, ao promover intervenções que vão além da estética urbana e impactam o cotidiano da população. "É uma iniciativa que vem agregar e somar muito à nossa gestão, faz a diferença, proporciona uma cidade mais bonita, sem buracos e alavanca o fluxo econômico", frisa Jacó Rotta (UB), prefeito de Cabeceiras, no Entorno do Distrito Federal.

"As pessoas moram no município"

O presidente da Federação Goiana dos Municípios (FGM) e prefeito de Jaraguá, Paulo Vitor Avelar (UB), também destacou a importância de iniciativas que chegam diretamente à ponta, onde a população vive e demanda serviços públicos. Segundo Avelar, a realidade municipal exige respostas concretas e rápidas por parte do poder público. "As pessoas não moram no Estado, as pessoas não moram na União, elas moram no município, onde elas sabem onde o prefeito mora, onde o vereador mora e onde fazem seus afazeres."

A partir dessa perspectiva, o presidente da FGM parabenizou a continuidade da iniciativa e destacou seus efeitos diretos na vida dos cidadãos. "É uma iniciativa que chega pronta. Isso mostra interesse. O Daniel está dando continuidade ao que foi o governo Ronaldo Caiado de participar da vida dos municípios", destacou Avelar. **(Especial para O HOJE)**

O POPULAR - GO • impresso • tce-go
15 de Abril de 2026 às 00:00

Daniel nega filtros ao MP-GO

Visualizar notícia

REGRAS DA PGE

Daniel nega filtros a pedidos feitos pelo MP

Governador diz que gestão "não tem nada a esconder" e intenção é de organizar respostas. Ele se reunirá com o procurador-geral de Justiça P5

Daniel nega filtros ao MP-GO

ESTADO Governador diz que medida da PGE busca apenas organizar respostas

Fabiana Pulcineli e Gabriel Neves
fabiana.pulcineli@opopular.com.br
gabriel.neves@opopular.com.br

O governador Daniel Vilela (MDB) afirmou nesta terça-feira (14) que pretende conversar com o procurador-geral de Justiça, Cyro Terra Peres, para "estabelecer uma organização" em relação às requisições do Ministério Público de Goiás (MP-GO) ao governo estadual e negou que a gestão tenha instituído "regramentos" ou "filtros" a respeito dos pedidos ministeriais.

Daniel comentou o caso após representação protocolada, na segunda-feira (13), pela Associação Goiana do Ministério Público (AGMP) junto à Procuradoria-Geral de Justiça de Goiás (PGJ), em que solicita medidas extrajudiciais e judiciais para suspender o efeito de atos do governo, por meio da Procuradoria-Geral do Estado (PGE), que criaram regras para analisar as requisições.

Nesta terça, a PGE também resolveu tornar pública a Nota Técnica (NT) nº 1/2026/PGE/NEAG, de 10 de fevereiro de 2026, assinada pelo procurador-geral Rafael Arruda, que instituiu um checklist, chamado de "plano de ação", antes da elaboração de respostas ao MP. Na sexta-feira (10), a PGE havia alegado sigilo diante do pedido do POPULAR. Agora, a procuradoria afirma que a divulgação "decorreu da necessidade de evitar interpretações equivocadas e desinformação que vinham sendo difundidas sobre o seu conteúdo e a sua finalidade". O órgão também alega que "não editou normas", mas apenas "orientou internamente a atuação administrativa dos procuradores".

Daniel afirmou que o governo é transparente e não tem nada a esconder do MP, e que os atos (além da NT, um despacho da PGE) tiveram intenção de estabelecer "condição organizacional mínima". "Os nossos secretários não podem ficar a todo tempo respondendo informações que estão aí no Portal da Transparência. Então é só instituir uma condição organizacional mínima para que eles possam ter atendidos todos os seus pleitos. Nós não temos dificuldade nenhuma nesse aspecto, nosso governo é transparente, não tem de esconder nada, estamos sempre à disposição do Ministério Público", afirmou o governador, em entrevista coletiva no evento de posse do novo secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ademar Leal, no Centro Cultural Oscar Niemeyer, em Goiânia.

"É um governo transparente, honesto, correto, que não tem nada para esconder", repetiu Daniel ao falar da intenção de conversar com Cyro nos próximos dias.

O POPULAR mostrou no domingo (12) que os atos da PGE instituíram diretrizes para definir a forma de resposta aos promotores de Justiça. Segundo o documento, os procuradores do Estado têm de conferir como o promotor começou a investigar o caso, se apresentou fundamentação para a requisição, se não há invasão de competência dentro do MP-GO, se o pedido é genérico e se há "razoabilidade e a proporcionalidade" na demanda, entre outros questionamentos.

Na NT, Rafael Arruda afirma que o objetivo é "subsidiar a atuação das Procuradorias Setoriais no mister de assessoramento jurídico decorrente do recebimento, análise e resposta a expedientes oriundos do MP". "O documento visa, sobretudo, a conferir segurança jurídica, previsibilidade e uniformidade institucional à interlocução com os órgãos de controle", diz.

Ainda de acordo com o documento, houve "intensificação do fluxo de solicitações, requisições e instauração de procedimentos extrajudiciais" por parte do MP, o que representa "desafios quanto à delimitação do objeto investigado, à competência do órgão solicitante e à proporcionalidade das diligências".

Apesar de Daniel negar a criação de filtros, a Nota Técnica menciona os termos "filtragem jurídica" e "filtros específicos", além de admitir instituição de "roteiro" para análise dos ofícios ministeriais.

"A aplicação deste roteiro não visa ao confronto institucional, mas à qualificação técnica da resposta, garantindo que o atendimento às demandas ocorra dentro dos estritos limites da legalidade", completa o texto da NT.

RIGORISMO

A PGE afirmou, em nota encaminhada à reportagem nesta terça, que a NT não estabeleceu a possibilidade de "recusar" requisição. Quando trata da possibilidade de "recusa fundamentada" no texto, a Procuradoria alega que é referência a "solicitações", não a requisições, feitas em caso de inquérito civil. "O rigorismo é diferente", afirma.

Ainda na nota, a PGE afirmou que "não há, em nenhuma medida, a intenção de normatizar, limitar ou controlar a atuação de membros" do MP.

A reportagem questionou a PGE sobre o fato de não ter havido Nota Técnica para tratar de requisições de delegados de Polícia, conselheiros do Tribunal de Contas do Estado ou de juízes, mas apenas do MP. O órgão do governo respondeu que "requisições dessas autoridades são incomuns na rotina administrativa".

"O volume expressivo de expedientes apuratórios é, em regra, originado do Ministério Público, o que justificou a necessidade de uniformizar internamente a atuação dos procuradores nesse contexto específico. De todo modo, a PGE adota o mesmo rigor técnico-jurídico em qualquer demanda que chegue à instituição", afirma.

Depois da divulgação de representação por parte da AGMP, a chefia do MP-GO divulgou nota na noite de segunda-feira em que afirma que "atos administrativos internos de outros órgãos não possuem aptidão jurídica para restringir ou condicionar o exercício do poder (de requisição do MP, garantido pela Constituição Federal), tampouco vinculam a atuação do MP". "A fiscalização da regularidade das requisições ministeriais compete aos órgãos internos de controle do próprio Ministério Público", diz.

A PGJ completa que "eventual descumprimento injustificado de requisições, motivado pela aplicação de orientações internas da Administração Pública, será avaliado à luz do ordenamento vigente e ensejará as providências legais cabíveis".